

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
Capítulo 1 – BREVES NOTAS SOBRE O PROCESSO DA NOVA CO- DIFICAÇÃO	23
1.1 Vantagens e desvantagens da Codificação	23
1.2 Evolução da ideia e o processo da nova codificação no Brasil	25
Capítulo 2 – NEGÓCIO JURÍDICO – IDEIAS PREPONDERANTES	29
2.1 Distinção elementar entre fato, ato e negócio jurídico	29
2.1.1 Conceito de fato jurídico	29
2.1.2 Diferenciação entre fato e ato jurídico – as teorias unitárias e dualistas	31
2.2 Origem da expressão e conceito de negócio jurídico	33
2.3 As ideias e tentativa de sistematização de Teixeira de Freitas	36
2.4 A regulamentação da matéria no Código Civil Brasileiro de 2002	37
2.5 Os atos ilícitos como espécie de fatos jurídicos	38
2.6 Breve histórico sobre o negócio jurídico e a abordagem no Direito brasileiro.....	39
2.7 Análise de algumas teorias do negócio	41
2.7.1 Prolegômenos.....	41
2.7.2 Grupos voluntaristas e objetivistas e as críticas a estas teorias	42
2.8 A teoria da responsabilidade	44
2.9 A teoria da confiança	45
2.10 Críticas às teorias da responsabilidade e da confiança	46
2.11 Teoria Eclética de Junqueira de Azevedo	46
2.12 Algumas ideias na doutrina brasileira sobre o negócio jurídico.....	47

2.13	Elementos essenciais ou comuns ao negócio jurídico	49
2.13.1	Elementos e requisitos na doutrina.....	49
2.13.2	Elementos e requisitos nos Códigos Civis Brasileiros de 1916 e 2002	56
2.13.3	O agente no negócio jurídico – capacidade e legitimação.....	56
2.13.4	A causa e o motivo no negócio jurídico	57
2.13.5	O objeto no negócio jurídico.....	60
2.13.6	A forma no negócio jurídico	61
2.14	A vontade e sua importância nos negócios jurídicos – breve estudo....	63
2.14.1	Origem da palavra vontade e significado no campo psicológico....	63
2.14.2	Significado da palavra vontade no campo jurídico	65
2.14.3	A ligação entre vontade e contrato.....	67
2.14.4	Conflito entre vontade e declaração	68
2.14.5	Classificação dos vícios da vontade	73
2.14.6	Requisitos para produção de efeitos e formas da manifestação da vontade.....	73
Capítulo 3 – INVALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS – ALGUNS TÓPICOS.....		77
3.1	Dificuldades de disciplina da matéria na doutrina.....	77
3.2	Diferenciação entre os planos da existência, validade e eficácia.....	78
3.2.1	Ideias gerais.....	78
3.2.2	A teoria da existência do negócio jurídico	79
3.2.3	A validade e a invalidade do negócio jurídico	81
3.2.4	A ineficácia do negócio jurídico	83
3.3	As causas de invalidade – breve estudo.....	85
3.3.1	A importância do Direito positivado.....	85
3.3.2	Espécies de invalidade	88
3.3.3	Posição da matéria nos Códigos Civis de 1916 e 2002	90
3.4	Distinção entre nulidade e anulabilidade.....	90
3.4.1	Breve histórico – Teoria de Planiol.....	90
3.4.2	O negócio nulo.....	92
3.4.3	O negócio anulável.....	93
3.4.4	Distinção básica entre nulidade e anulabilidade.....	94

3.4.5	A ratificação do negócio anulável.....	95
3.4.6	A prescribibilidade ou imprescribibilidade dos negócios nulos.....	96
3.4.7	O instituto da conversão e a adoção expressa pelo Código Civil de 2002	96

Capítulo 4 – A SIMULAÇÃO E A SUA REGULAMENTAÇÃO NO CÓDIGO CIVIL DE 2002 101

4.1	Ideias básicas sobre o instituto	101
4.1.1	Razões da desconformidade intencional entre a vontade e a declaração	101
4.1.2	Dificuldades para uma teoria uniforme sobre simulação	102
4.2	Origens e breve histórico da teoria sobre simulação	104
4.2.1	A simulação nos negócios unilaterais e bilaterais	106
4.3	Conceito de simulação	107
4.3.1	Elementos constitutivos da simulação	109
4.3.2	Qualificação jurídica da simulação	112
4.3.3	Formas de consumação	113
4.3.4	Características da simulação	113
4.4	Diferença entre simulação e dissimulação	115
4.5	Meios de prova da simulação no Direito brasileiro.....	115
4.6	Espécies ou formas de simulação	116
4.6.1	Origens das diferenciações.....	116
4.6.2	Classificação das espécies ou formas.....	117
4.6.3	Espécies principais: absoluta e relativa.....	118
4.6.3.1	Simulação absoluta	118
4.6.3.2	Simulação relativa	119
4.6.4	Simulação inocente	121
4.6.5	A situação invalidante.....	122
4.6.6	Simulação por interposta pessoa: “ <i>testa-de-ferro</i> ”	123
4.7	Diferenciação com outros institutos	124
4.7.1	Simulação e negócio sem causa	125
4.7.2	Simulação e fingimento	125
4.7.3	Simulação e negócio indireto	125
4.7.4	Simulação e falsidade	126

4.8	Simulação e reserva mental.....	126
4.8.1	A reserva mental no Código Civil de 2002	127
4.8.2	Classificação da reserva mental	128
4.8.3	Diferenciação prática	128
4.8.4	Situação na intervenção de funcionários públicos no ato ou negócio	130
4.9	Simulação e fraude à lei	130
4.9.1	Formas de discussão judicial da fraude por meio de simulação....	132
4.10	Simulação e negócio fiduciário	135
4.11	Considerações sobre os efeitos da simulação	138
4.11.1	Análise doutrinária dos efeitos	138
4.11.2	Efeitos da simulação absoluta	138
4.11.3	Efeitos da simulação relativa	141
4.11.4	Efeitos na interposição de pessoa	146
4.12	Análise dos efeitos principais em face Do Direito Positivo brasileiro	147
4.12.1	Efeitos no Código Civil de 1916	147
4.12.2	Efeitos no Código Civil de 2002	148
4.13	Efeitos em relação a terceiros de boa-fé	149
4.13.1	Interesse na desconstituição ou na manutenção do negócio simulado	150
4.13.2	Histórico da questão: de Roma ao Código Civil alemão (BGB) ..	150
4.13.3	Requisitos para impedimento da declaração de nulidade em relação ao terceiro de boa-fé	153
4.13.4	Ausência de distinção lógica quanto a negócios gratuitos e onerosos	153
4.13.5	Conflitos entre terceiros de boa-fé	154
4.14	Conflito entre credores do alienante aparente e do adquirente fictício	155
4.15	Conflito entre credores comuns do simulado alienante e sucessores a título singular – por aquisição translativa ou constitutiva – do fictício adquirente.....	155
4.16	Conflito entre sucessores a título singular do simulado alienante e credores comuns do adquirente fictício	156
4.17	Conflito entre sucessores a título singular do alienante simulado e sucessores a título singular do fictício adquirente	156
4.17.1	Conflito relativo a bens móveis.....	156

4.17.2	Conflito relativo a bens imóveis	157
4.17.3	Conflito relativo a títulos de crédito.....	157
4.18	Conflito entre herdeiros legitimários do simulado alienante e subadquirentes de boa-fé.....	158

Capítulo 5 – A SIMULAÇÃO, ENQUANTO CAUSA DE INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO, À LUZ DO CÓDIGO CIVIL DE 2002

159

5.1	Aspectos gerais e situação no direito estrangeiro	159
5.2	Posição no Direito Positivo Brasileiro	165
5.2.1	Enfoque no Esboço de Teixeira de Freitas.....	167
5.2.2	Situação no Código Civil de 1916	168
5.3	Situação no Código Civil de 2002.....	171
5.3.1	Análise do art. 171 do Código Civil de 2002.....	171
5.3.2	Análise crítica à redação do art. 167 do Código Civil de 2002.....	171
5.3.2.1	Efeitos da invalidação do negócio simulado em prejuízo à Fazenda Pública.....	174
5.3.3	Invalidação atinge todas as formas de simulação.....	175
5.3.4	Possibilidade dos envolvidos invocarem a nulidade ante a simulação – Legitimidade para a ação declaratória.....	176
5.3.5	Proteção ao terceiro de boa-fé.....	178
5.3.5.1	Proteção ao credor do simulador	180
5.3.6	Possibilidade de conversão do negócio simulado	181
5.3.7	Meio de prova da invalidade decorrente da simulação	183
5.3.8	Formas de arguição da simulação e natureza da sentença que reconhece a simulação	185
5.3.9	Alterações quanto aos efeitos dos negócios simulados	187
5.3.10	Prescrição ou decadência da arguição de simulação	189
5.3.11	Aplicação de regras de Direito intertemporal: análise do art. 2.035 do Código Civil.....	191

CONCLUSÕES **193****REFERÊNCIAS** **199****ÍNDICE ALFABÉTICO** **203**